



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Sumidouro
Secretaria Municipal de Saúde
Rua Alfredo Chaves, nº. 92 – Centro – CEP: 28637-000
Tel.: (22) 2060-3001 - Email: assessoriasaude@sumidouro.rj.gov.br
CNPJ: 13.828.365/0001-50

EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 054/2025

Processo Administrativo nº 3688/2025

Objeto: Aquisição de Ambulância Tipo D (UTI Móvel)

Trata-se de recurso administrativo interposto por **BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA**, em face da decisão que habilitou a empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA** no âmbito do Pregão Eletrônico nº 054/2025.

Inicialmente, reconhece-se a **tempestividade do recurso**, razão pela qual passa-se à sua análise de mérito.

I – Da alegada exclusividade para ME/EPP

A recorrente sustenta que o certame teria sido realizado sob o regime de exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), razão pela qual a empresa vencedora não poderia ter sido habilitada, por supostamente não se enquadrar nessa condição.

Todavia, tal alegação **não merece prosperar**.

Inicialmente, verifica-se que, embora conste na plataforma eletrônica indicação de que o item seria exclusivo para ME/EPP, **o edital não prevê qualquer cláusula de exclusividade**, sendo este o instrumento convocatório que vincula a Administração e os licitantes. Ademais, o valor estimado do item, no montante de **R\$ 499.463,33**, ultrapassa o limite legal estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o que, por si só, afasta a possibilidade jurídica de adoção de exclusividade para ME/EPP.

Resta caracterizado, portanto, **mero erro material da plataforma**, incapaz de criar direito subjetivo à recorrente ou restringir a competitividade do certame, sobretudo quando inexistente previsão editalícia nesse sentido.

Não bastasse isso, **ainda que se admitisse, apenas por hipótese, a existência de exclusividade**, verifica-se que a empresa vencedora **atendeu integralmente às exigências editalícias quanto à comprovação de seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP)**.

Conforme dispõe o **item 9.3.14 do edital**, a comprovação da condição de ME/EPP deve ser realizada por meio de **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 180 (cento e oitenta) dias, ou, alternativamente, por consulta à JUCERJA, para empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

No caso concreto, a empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA** **apresentou Certidão Simplificada emitida pela JUCERJA**, documento hábil e exigido pelo edital, no qual

Frederico

consta expressamente o enquadramento da empresa como **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, atendendo, de forma plena, ao requisito estabelecido no instrumento convocatório.

Dessa forma, ainda que a tese de exclusividade fosse acolhida — o que não é — **não haveria qualquer irregularidade na habilitação da empresa vencedora**, uma vez que a documentação exigida foi regularmente apresentada e aceita nos estritos termos do edital.

II – Da alegada ausência de documentos de qualificação técnica

A recorrente alega, ainda, a ausência de diversos documentos técnicos supostamente exigidos no Termo de Referência.

Entretanto, ao se confrontar o Termo de Referência com o **item específico de habilitação técnica do edital**, verifica-se que tais documentos **não foram expressamente elencados como requisitos de habilitação**, razão pela qual não poderiam ser exigidos nessa fase do certame.

Ademais, o próprio Termo de Referência indica, em trechos expressos, que parte da documentação mencionada **deverá ser apresentada na fase de entrega do bem**, evidenciando que a exigência se refere à execução contratual, e não à habilitação.

Diante do **Termo de Referência** e da inexistência de previsão no edital, não se pode imputar qualquer irregularidade à empresa vencedora, que observou fielmente a literalidade do instrumento convocatório.

Aplica-se, ao caso, o **princípio do formalismo moderado**, previsto na Lei nº 14.133/2021, não havendo prejuízo à isonomia, à competitividade ou à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

III – Conclusão

Diante do exposto, **nego provimento ao recurso administrativo**, mantendo-se, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a decisão que habilitou a empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA**, uma vez que:

- não houve exclusividade válida para ME/EPP;
- a empresa vencedora comprovou regularmente sua condição de EPP, nos termos do edital;
- não se verificou ausência de documentos de habilitação técnica exigidos no instrumento convocatório.

Sumidouro, 19 de dezembro de 2025.


Fabiola da Silva Wernech
Secretária Municipal de Saúde

Fabiola da Silva Wernech
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 25.07.5592